

CAMPANHA SALARIAL

Mesa sem nenhum avanço

Governo não apresenta resposta às pautas apresentadas pelos SPF e sequer marca a data do próximo encontro. Gestão Dilma Rousseff não pretende regulamentar nem mesmo o direito de negociação coletiva com os servidores

Reunião ocorreu em 14 de maio

Em reunião no último dia 14, o governo não apresentou nenhuma resposta às pautas apresentadas pelos representantes das mais de 30 entidades que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF).

Há quase um mês (em 20 de abril), ficou acertado que a Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento (SRT/MPOG) responderia, agora, às reivindicações dos SPF de itens como: reajuste linear de 27,3%; paridade salarial entre ativos e aposentados; concurso público só pelo RJU; uma data-base dos servidores federais, direito de greve e a regulamentação da convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho – que trata do direito de negociação coletiva entre governo e trabalhadores públicos.

Só que Sérgio Mendonça, secretário da SRT/MPOG, simplesmente desviou da pauta central do funcionalismo (27,3% de reajuste linear). Ele apenas propôs estudos relativos a penduricalhos como auxílio-alimentação, além de não ter marcado nova reunião. Disse, ainda, que não há intenção da gestão Dilma Rousseff em encaminhar a regulamentação da Convenção 151 da OIT junto

O que reivindicam os SPF, entre outros itens:

- Reajuste linear de 27,3%;
- Paridade salarial entre ativos e aposentados;
- Concurso públicos só pelo RJU;
- Data-base;
- Regulamentação do direito de negociação coletiva.

O que o secretário respondeu:

- Desviou da pauta central para falar estudos relativos a penduricalhos do contracheque (como auxílio-alimentação)
- Avisou que governo não pretende regulamentar direito de negociação coletiva.

ao Congresso.

Na avaliação de Amauri Medeiros, tesoureiro do Andes-SN que esteve presente à mesa, a reunião configurou novamente a postura do governo em prolongar o processo e tentar conduzir as negociações conforme lhe convém: “O governo claramente mostrou que tudo o que foi apresentado hoje é apenas estudo e que precisa discutir internamente. Não houve nenhuma resposta à pauta apresentada e à metodologia acordada na última mesa. Avaliamos inicialmente que a realização dessa reunião, sem respeitar a metodologia, não é um avanço. E ainda termina a reunião sem apresentar uma nova data”, explicou.

Ato Nacional dos SPF

Durante a reunião do Fórum dos SPF com o governo, ato de vigília foi realizado em frente ao ministério do Planejamento, pelas categorias do serviço público.

Giovanni Frizzo, um dos coordenadores do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) do Andes-SN e 1º vice-presidente da Regional Rio Grande do Sul do Sindicato Nacional, falou no ato sobre a insatisfação dos docentes com os ataques aos direitos dos trabalhadores, promovidos pelo governo, especialmente aos servidores públicos federais. Para ele, a mobilização é fundamental para arrancar a negociação. “Nós estamos mais uma vez aqui, fortes, em conjunto com

os SPF, em torno da nossa pauta. Nós não iremos ficar calados e de braços cruzados enquanto os nossos direitos estão sendo atacados, enquanto o ajuste fiscal inviabilizar a existência de serviços públicos nesse país, e enquanto a regulamentação da terceirização demonstrar o claro caráter de precarização das relações de trabalho”, disse. Representantes das demais entidades que compõem o Fórum também apontaram os recentes ataques aos trabalhadores, como as Medidas Provisórias 664 e 665 (que restringem direitos trabalhistas e previdenciários) e o projeto que libera as terceirizações; o corte orçamentário e a crise no serviço público federal. **(Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)**

Fasubra: greve a partir do dia 28

No último Consuni, o Sintufrj anunciou a adesão dos técnicos-administrativos da UFRJ à proposta de greve geral. O indicativo saiu do Congresso da Fasubra, entidade nacional do segmento, ocorrido entre 4 e 8 de maio. De acordo com a deliberação, os servidores entram em greve em todo país a partir do dia 28. A assembleia local do Sintufrj, dia 11, encaminhou a construção da greve e nova assembleia geral para o dia 21.

Fórum dos SPF indica debate nas bases sobre greve no serviço público

O Fórum dos Servidores Públicos Federais (SPF) realizou, no mesmo dia 14, uma reunião ampliada em Brasília (DF) para avaliar o encontro com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) ocorrido naquela manhã e debater os próximos passos da luta. O Fórum indicou que as entidades debatam a possibilidade de construção de uma greve geral dos servidores federais para o mês de junho, como forma de pressionar o governo a negociar efetivamente.

Outras indicações do Fórum dos SPF: participação dos servidores na paralisação convocada pelas centrais sin-

dica para 29 de maio; a realização de estudo sobre a real defasagem dos benefícios dos servidores; e nova reunião do Fórum no dia 27 de maio.

A avaliação geral das intervenções dos servidores foi que o governo federal não negociou e não demonstra vontade de negociar com os SPF. “Nem mesmo os pontos que não envolvem impactos orçamentários o governo quer negociar, isso demonstra que não é uma questão de falta de dinheiro, e sim de indisposição do governo com os trabalhadores”, afirmou Marinalva Oliveira, 1ª vice-presidente do Andes-SN e uma das coordenadoras do Se-

tor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), em sua fala na reunião.

Os servidores apontaram, em suas intervenções, que a única saída possível para que o governo negocie a pauta de reivindicações é o aumento da mobilização nos estados e a radicalização do movimento, com a possibilidade de construção de uma greve geral dos SPF a partir do mês de junho. A unidade entre as categorias foi ressaltada, em diversas falas, como necessária para garantir a conquista de direitos para os trabalhadores. **(Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)**



27 de maio
Próxima reunião do Fórum dos SPF

29 de maio
Paralisação geral convocada pelas centrais sindicais

Junho
Possível greve geral

RESPOSTA AO GOVERNO

Aprovado indicativo de greve

Assembleia da Adufrj-SSind na Escola de Serviço Social discutiu, ainda, conjuntura e terceirização

O auditório da Escola de Serviço Social da UFRJ lotado de professores foi o cenário para a aprovação do indicativo de greve, ainda sem data, dos docentes da UFRJ. A deliberação foi levada ao Andes-SN, em Brasília, neste fim de semana, para o debate com a rede nacional de seções sindicais do setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), que também decidiram sobre o assunto em suas assembleias.

Na UFRJ, depois de ampla discussão sobre a conjuntura de sufoco nas universidades federais e no país, além do indicativo de greve, os docentes aprovaram a realização de reunião nas unidades para organizar a mobilização. Outra assembleia será convocada para avaliar o que for decidido na reunião do Andes-SN.

A informação dando conta do fracasso da reunião entre representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

e do Ministério do Planejamento (veja na página 2) fortaleceu ainda mais, na assembleia, a perspectiva de construção da greve docente.

A reunião desta quinta-feira, 14 de maio, foi chamada pela Adufrj-SSind, que também convocou uma paralisação de 24 horas na UFRJ. Na assembleia, além do indicativo de greve, a pauta incluiu conjuntura e a crise da terceirização, que tem paralisado o funcionamento de várias unidades na universidade (veja na pág. 5).



Samuel Tosta - 14/05/2015

**Assembleia
aconteceu
no auditório
da Escola de
Serviço Social**

No curso das intervenções, uma teia de dificuldades foi apresentada pelos professores envolvendo as questões mais diretas relacionadas a salários e carreira, até temas como ética em pesquisa, as relações entre graduação e pós-terceirizados e assistência estudantil.

Mauro Iasi, que presidia a Adufrj-SSind durante a greve de 2012, disse que a situação, hoje, é pior do que antes, “quando um acordo espúrio foi assinado pelo Proifes”, braço sindical do governo no movimento docente. “Esse caos não é momentâneo e trata-se de um resultado esperado pelo modelo de universidade que nos foi imposto, voltado para o mercado, para critérios de produtividade, para a flexibilização das relações de trabalho”. Ele disse que a crise, pelo menos, serviu para reduzir o abismo entre funcionários, professores e estudantes.

A situação de aguda insegurança que atinge os docentes foi destacada por Luciana Boiteux, dirigente da Adufrj-SSind. Ela lembrou que, hoje, com o fim dos reajustes do acordo anterior (lei 12.772/12), é aumento zero para os professores que, sequer, têm data-base. Mas tudo pode piorar ainda mais: “Alguns correm o risco de ter os salários reduzidos, com a retirada dos 26,05%, percentual que repõe perdas do Plano Verão e que alcança 18 mil servidores”.

“Estamos diante de um interlocutor que não nos ouve”, disse a professora Cinda Gonda, da Faculdade de Letras. O presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, confirmou com fatos a afirmação da professora. Ele relatou as negociações com o governo nas quais fica cada vez mais claro que o objetivo é enrolar os servidores: “A pressão de abril fez com que a próxima reunião fosse antecipada para hoje (quinta-feira, 14 de maio) e o governo não apresentou nada”, disse Cláudio.

Na reunião com mais de 100 professores, a aprovação do indicativo de greve ocorreu por ampla maioria. Um pouco antes, a assembleia havia manifestado o entendimento, por meio de votação, que, regimentalmente, o voto só caberia aos sindicalizados (uma vez que a greve não foi deflagrada). Durante a assembleia, sete professores se filiaram à Adufrj-SSind.

Indignação

A atmosfera na assembleia era de indignação, provocada pela situação que os trabalhadores terceirizados – grupo que é constituído pelo setor da população mais desprotegida – estão vivendo. Relatos se sucederam sobre o assunto (a discussão da pauta da reunião foi precedida por informes de

reuniões de unidade ocorridas no CAP, FND, EBA/FAU e da Faculdade de Letras.), como o das professoras Mariana Trotta, da FND, e Renata Flores, do CAP, duas das unidades alcançadas pela crise. A professora Sara Granemann, por exemplo, chegou a confessar sua vergonha em trabalhar numa UFRJ contratante de empresas que tratam trabalhadores em condições análogas a escravos. Depois de informar que, hoje, na UFRJ, existem cinco mil trabalhadores terceirizados, a diretora da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, fez explanação situando a terceirização como resultado do desmonte das políticas públicas do Estado. Ela disse que o cenário resulta numa perda de direitos.

Encaminhamentos

A deliberação sobre o indicativo de greve foi acompanhada de outras providências, entre as quais a reunião do Conselho de Representantes nesta terça-feira (veja chamada de capa), reuniões de unidades no trabalho de mobilização e a paralisação de atividades nas vezes em que estiver acontecendo reunião de negociação em Brasília.

Dia de Luta no Rio

O Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos Federais, em 14 de maio, contou com atos e paralisações em todo o país. No Rio de Janeiro, os SPF reuniram-se na Cinelândia para uma atividade que chamava a atenção para as investidas do governo federal (e também de governos estaduais) para a privatização da previdência do funcionalismo e para o fim da aposentadoria integral. A professora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social da UFRJ, explicou, na praça, que, no plano nacional, é a Funpresp que faz esse papel. “Com muita luta, estamos conseguindo derrotar a Funpresp. Menos de 7% dos professores federais aderiram”, disse. Porém, a cartilha começa a ser seguida pelos estados, com a recente aprovação de uma fundação de previdência complementar na Bahia. No Paraná, os servidores da educação seguem em greve contra a proposta.

Crise orçamentária volta a explodir na universidade

Levi declarou que instituição funciona com orçamento bem reduzido em relação ao previsto. Falta de pagamento aos terceirizados, que já havia provocado adiamento do primeiro período, causa o fechamento de várias unidades

Conselho é suspenso, sem nada deliberar, por falta de quórum

Samantha Su
Estagiária e Redação

Até meados de maio, a UFRJ recebeu do governo apenas R\$ 85 milhões para seu custeio (para o ano todo, a previsão da reitoria era de R\$ 372 milhões). Mesmo com este número rebaixado, o reitor Carlos Levi anunciou ao Conselho Universitário de 14 de maio estar “otimista” quanto às negociações com o Ministério da Educação.

O detalhe é que a declaração foi dada diante de um colegiado tomado por jovens indignados com a falta de assistência estudantil. E justamente na semana na qual várias Unidades suspenderam suas atividades por falta de funcionários terceirizados de limpeza, portaria, manutenção e vigilância (o que já havia provocado o adiamento do primeiro semestre letivo da UFRJ). Segundo Levi, “dia 22 de maio agora teremos um orçamento de custeio, estamos em diálogo”. O reitor admitiu, porém, o que chamou de “a perversidade do trabalho terceirizado”.

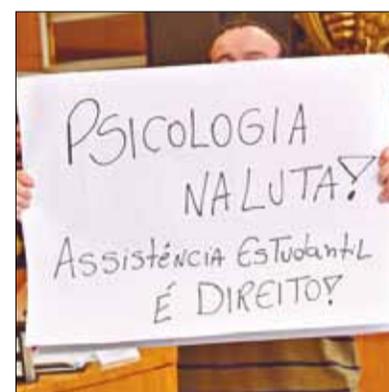
Terezinha da Costa, funcionária demitida da empresa Qualitécnica sem justificativa, após intenso trabalho de mobilização da categoria pelos pagamentos atrasados, teve a oportunidade de se manifestar aos conselheiros e pôs o dedo na ferida: “Nesse Conselho, foi decidido que nós não seríamos perseguidos, mas os supervisores e encarregados da empresa nos tratam como cachorros. Quer dizer que a universidade está deixando que uma empresa terceirizada comande as decisões da UFRJ. Eu fui demitida sem justificativa e tive meu aviso prévio alterado. Existem supervisores para vigiar nosso trabalho, mas a UFRJ não manda fiscais para garantir que nós não sejamos reprimidos”, criticou.

Terezinha denunciou que a reposição dos descontos salariais (pelos dias parados em março nos quais, sem salários, os funcionários não puderam se deslocar aos postos



Fotos: Samuel Tosta - 14/05/2015

Reivindicações. Estudantes cobraram uma política séria de assistência e pagamento imediato dos terceirizados



Levi e o MPT

O reitor da UFRJ vai se reunir na manhã deste dia 18 com o Ministério Público do Trabalho (MPT). Na pauta, as irregularidades das empresas que prestam serviços à universidade.

de trabalho), até hoje não foi repassada. São cerca de R\$ 200 devidos aos funcionários da Qualitécnica: “Eu tenho os contracheques todos aqui. Há três semanas, a gente tenta se reunir com a pró-reitora Aracéli (Cristina, da área de Governança) e ela não nos atende. Nós não somos escravos para trabalhar assim. Pelo que eu entendo, quem está em dívida é que tem que abaixar a cabeça e pedir desculpas”,

Presença de policial militar cria polêmica no Consuni

Durante reunião com representantes do CACS, que já haviam participado do Consuni naquele mesmo dia, imediatamente voltaram ao colegiado para denunciar a situação. “Quando eu questionei de onde era, ele gaguejou e nos contou que era policial. Pedi que se retirasse e ele foi embora, mas isso é inaceitável! Militares infiltrados acompanhavam reuniões do movimento estudantil na época da

ditadura!”, criticou Hugo Bras, do CACS. O reitor Carlos Levi retirou-se momentaneamente do Consuni para verificar o episódio: ele retornou afirmando que conversou com os policiais e que o fato não se repetiria. Este já é o segundo caso de intervenção policial em prédios da UFRJ só este ano: em março, policiais militares entraram na residência estudantil.

ditadura!”, criticou Hugo Bras, do CACS.

O reitor Carlos Levi retirou-se momentaneamente do Consuni para verificar o episódio: ele retornou afirmando que conversou com os policiais e que o fato não se repetiria.

Este já é o segundo caso de intervenção policial em prédios da UFRJ só este ano: em março, policiais militares entraram na residência estudantil.

Conselho de Curadores

A única deliberação do Consuni do dia 14 foi a indicação do professor Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia, para o Conselho de Curadores da UFRJ.

desabafou Terezinha.

A Adufrj-SSind também se posicionou sobre o assunto. Cláudio Ribeiro, presidente da entidade, observou que “a defesa da terceirização é a defesa do fim da universidade pública” e criticou as medidas administrativas de remanejar equipes emergenciais para as unidades fechadas na última semana: “Isso é uma estratégia tapa-buraco. Além de precarizar ainda mais os servidores

terceirizados que estão tendo que realizar suas atividades em outros lugares, torna invisível toda a categoria que não está podendo trabalhar. Essa ação da reitoria foi sofrível, isso não é garantir o funcionamento da universidade. Isso é boicotar a luta dos trabalhadores terceirizados”, criticou.

Ao longo da discussão, surgiu a proposta de a universidade acionar o Ministério Público do Trabalho e fazer uma

auditoria nos contratos com as empresas terceirizadas. Além disso, deveria ser garantido o pagamento imediato dos terceirizados, sob possibilidade de suspensão das aulas (caso isso não ocorresse).

Após algumas horas, o conselho ficou sem quórum para deliberar e o reitor Carlos Levi suspendeu a sessão sem nenhuma resolução sobre terceirização ou assistência estudantil.

CRISE

UFRJ para atividades diante da situação dos terceirizados

Reitoria da UFRJ recomenda que as Unidades não mantenham a rotina diante do desrespeito das empresas prestadoras de serviço com os trabalhadores da limpeza, portaria, vigilância e manutenção

Deliberação foi tomada após reunião com alunos que ocupam prédio da administração central

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

A reitoria da UFRJ decidiu, na noite de 15 de maio, recomendar às unidades que paralisem suas atividades nesta segunda-feira (18/5). Nesse dia, às 11h, haverá reunião entre representantes da administração central da universidade e do Ministério Público do Trabalho, ocasião na qual serão apresentados documentos que comprovam o cumprimento de todas as obrigações da universidade nos contratos com as empresas que prestam serviços terceirizados, especialmente a Qualitécnica. E, por sua vez, o descaso da empresa com seus trabalhadores. O objetivo, como informou o reitor Carlos Levi, é buscar o apoio do MPT para a garantia de todos os direitos trabalhistas dos funcionários terceirizados. A



Alunos acamparam no saguão da reitoria

Adufrj-SSind e representantes dos trabalhadores terceirizados acompanharão a reunião. A deliberação ocorreu após pressão do movimento estudantil, em reunião entre a administração central, decanos e estudantes que ocupam o prédio da reitoria desde o fim do Consuni, na véspera (dia 14).

Ainda no dia 18, outra reunião será convocada, desta vez com a presença dos diretores de unidades. A paralisação será mantida enquanto os trabalhadores terceirizados não tiverem seus salários restabe-

lecidos. “Não podemos aceitar que um espaço educativo como a universidade não assuma uma posição ativa de defesa desses trabalhadores”, disse Levi, após diversas intervenções que exigiam a suspensão das aulas enquanto houvesse trabalhadores em situação análoga à escravidão na UFRJ.

Diretor da Adufrj-SSind, Luciano Coutinho leu nota da Seção Sindical com posicionamento solidário ao movimento estudantil e favorável à suspensão imediata das atividades. De acordo com a nota, a luta dos

estudantes (pelo pagamento imediato dos salários aos trabalhadores terceirizados e pela garantia de permanência das bolsas-auxílio) “revela a força da comunidade acadêmica em defesa do caráter público da educação”.

Até o fechamento desta edição, os estudantes mantinham a ocupação do prédio da reitoria. Além de solidário aos terceirizados, o movimento cobra modificações no edital de bolsa-auxílio e mais políticas de permanência na universidade.

Desinformação de O Globo

Na sexta-feira, dia 15, o jornal O Globo, em matéria da página 25, noticiou um número exorbitante relacionado ao percentual de crescimento de funcionários na UFRJ. De acordo com o jornal, as contratações de servidores pela universidade teriam crescido 97%, entre 2003 e 2013. Procurado pela reportagem do **Jornal da Adufrj**, o reitor Carlos Levi disse que a matéria estava incorreta, pois teria somado o número de contratações via RJU e as contratações terceirizadas. “No período, em termos de servidores efetivos, tivemos um aumento pequeno. Já as contratações terceirizadas cresceram porque aumentaram as demandas. Infelizmente, houve a extinção de muitos cargos na carreira dos servidores técnico-administrativos, o que nos obriga a lançar mão da terceirização”.

No mesmo dia, à noite, a reitoria lançou nota em que esclarece os números tortuosamente mostrados no jornal O Globo. “Em 2003, a UFRJ contava com 8.627 servidores RJU no seu quadro de pessoal técnico-administrativo, dos quais 4.052 servidores estavam lotados em suas unidades hospitalares. Em 2015, o total no quadro de pessoal técnico-administrativo compreende 9.395 servidores, incluindo 3.804 lotados em suas unidades hospitalares (...) o crescimento no quadro de pessoal da UFRJ, de janeiro de 2003 a janeiro de 2015, não foi na ordem de 97% como divulgado, e sim de 8,9%”.

Antes, Unidades sentiram a necessidade de fechar

Prédio do Direito reabriu dia 14, mas volta a parar atividades no dia 18

A Faculdade Nacional de Direito (FND) foi a primeira a acusar o golpe da crescente terceirização e do desrespeito aos trabalhadores. Amanheceu fechada na segunda-feira, 11. Na mesma data, às 10h, a Congregação da Escola de Comunicação Social da UFRJ determinou suspensão das atividades até este dia 18. Também pararam o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e a Escola de Educação Infantil na terça-feira dia 12. O Colégio de Aplicação da UFRJ, a partir do dia 13, só manteve aulas para o último ano do ensino médio. E essas foram as situações que chegaram ao conhecimento da reportagem do **Jornal da Adufrj**.

A decisão da FND foi tomada em reunião de gestão com as coordenações da faculdade na sexta anterior, dia 8. O parecer foi unânime: a unidade não tinha condições de funcionamento sem os funcionários da limpeza. Os oito servidores terceirizados da Qualitécnica que trabalham no prédio não receberam parte do salário e não tinham condições de mobilidade. A faculdade voltou a abrir na quinta-feira, dia 14, após uma equipe emergencial de limpeza ser enviada pela reitoria. Mas voltará a fechar neste dia 18.

Segundo o diretor Flavio Martins, a administração central foi informada diversas vezes da situação dos servidores. Em resposta, ouviu que o problema seria solucionado. Mas, com a gravidade da situação, foi impossível esperar mais.

Já na ECO, o diretor Amaury Fernandes convocou uma congregação de emergência que, por

unanimidade, resolveu fechar o prédio no campus da Praia Vermelha. Segundo ele, o quadro se agravou após três furtos na semana anterior dentro da Unidade: “Foram levados dois projetores da universidade e o computador de um professor”, disse. Nova congregação nesta segunda, dia 18, reavalia a situação.

No CAP-UFRJ (onde ocorreu ato dos estudantes em solidariedade aos terceirizados sem salários, no dia 14), a situação não era melhor. Em nota no site, a reitoria do colégio informou que, dos 17 funcionários de limpeza, apenas quatro a cinco puderam trabalhar nas primeiras semanas de maio em um ambiente no qual circulam mais de mil pessoas por dia. Além da limpeza, de responsabilidade da Qualitécnica, copeiras da Projebel e vigilantes da Angels também estavam com seus salários atrasados. Após a decisão do Conselho Pedagógico de paralisar as atividades, a reitoria da UFRJ mandou uma equipe

que realizou mutirão de limpeza no espaço durante dois dias. Ainda assim, faltou muito.

O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais também permanece fechado até o pagamento dos servidores terceirizados.

Resposta do reitor

O reitor Carlos Levi declarou ao Consuni do dia 14 que a nova licitação para a empresa que cuidará dos serviços de portaria já foi concluída e, “em curtíssimo prazo”, a ECO, a Escola de Serviço Social e o IFCS terão portaria funcionando normalmente. Além disso, o reitor declarou que já pagou a segurança e, em “um ou dois dias”, o problema da limpeza seria sanado. Segundo Levi, a Qualitécnica, responsável pela limpeza, a que possui um histórico maior de problemas com o atraso de salários dos trabalhadores, é a que está em melhores condições financeiras: “Estamos quase quites com a empresa”, afirmou.

PÁTRIA EDUCADORA?!

Na Uerj, mobilização é a resposta contra os problemas

Salários defasados, falta de paridade entre ativos e aposentados, terceirizados sem receber pagamentos e orçamento contingenciado são alguns dos desafios que a comunidade da instituição estadual enfrenta

Paralisação está marcada para este dia 21

Samantha Su
Estagiária e Redação

Em assembleia no dia 7 de maio, os professores da Uerj indicaram um calendário de mobilização. Trata-se de uma resposta da categoria à ausência de negociação por parte da gestão Pezão: “O governo tem se recusado a falar com o sindicato. Não é à toa que agora, após decretarmos paralisação em 21 de maio, a Secretaria de Ciência e Tecnologia (à qual são vinculadas as universidades estaduais) tenha marcado reunião conosco no dia 20”, conta a assessoria da associação docente (Asduerj).

A universidade sofre com o contingenciamento que, em março, já alcançava R\$ 91 milhões. Com a retenção orçamentária, a crise dos serviços terceirizados (assim como na UFRJ) estourou com força na instituição. Os banheiros acumulam sujeira e cartazes foram espalhados para denunciar o descaso com os trabalhadores. Mutirões de alunos e profes-



Guilherme Schneider/Imprensa Asduerj

No calendário de mobilização, ficou marcado um ato em frente ao Palácio Guanabara (no dia 26)

sores foram organizados para limpeza das instalações e doações estão sendo recolhidas para compor a cesta básica dos terceirizados.

Pelo menos três empresas atrasaram o pagamento dos funcionários. Nos casos mais graves, como o da firma Construir,

responsável pelos ascensoristas e técnicos de manutenção, os terceirizados estão há quatro meses sem receber. Como eles não têm condições de se deslocar ao trabalho, a Uerj funciona com apenas dois elevadores (de oito, no total) para toda a unidade do Maracanã. A reitoria da

instituição declarou que o repasse às empresas será feito até 27 de maio.

Salários defasados

Além da crise na terceirização, os docentes lutam, ainda, por uma recomposição salarial (a defasagem chega

hoje a 94%; o último reajuste foi em 2001). Outro grave problema é a falta de paridade: os aposentados não estão recebendo o adicional por dedicação exclusiva conquistado pela categoria em 2012.

Paralisação no dia 21

A Asduerj marcou atos durante todo o mês de maio. No domingo (17), na orla de Copacabana, haverá ato específico em defesa do CAP-Uerj, Unidade que mais sofreu com o adiamento das aulas este ano. No dia 21, os docentes irão paralisar as atividades para realizar um ato em frente ao Palácio Guanabara. Em 26 de maio, nova assembleia da Asduerj avalia os próximos passos do movimento.

Os professores também criticam a reitoria: “O reitor (Ricardo Vieiralves) não se posiciona sobre a pauta dos docentes. Não há nessa universidade uma gestão democrática e transparente, ele sequer mantém a regularidade dos conselhos. Temos um entendimento geral de que maio é o limite para uma negociação clara”, afirma Bruno Deusdará, presidente da associação.

JURÍDICO

Revisão dos 26,05%

Preocupados com a anunciada “revisão” do ganho judicial dos 26,05%, muitos professores continuam entrando em contato com a Adufrj-SSind.

A assessoria jurídica da Seção Sindical informa que haverá defesa individual dos professores que procurarem a Adufrj-SSind. Segundo a assessoria, é possível que a reitoria ainda demore para abrir todos os processos (que envolvem aproximadamente 18 mil pessoas na UFRJ — entre docentes e técnicos-administrativos).

Basta que o sindicalizado, tão logo receba uma notificação oficial de revisão da vantagem judicial, entre em contato com a Adufrj-SSind. Até o momento, não existe registro de nenhuma pessoa já acionada administrativamente pela Pró-reitoria de Pessoal.

Não à Funpresp-Exe

No último dia 6, foi publicada decisão do juiz Márcio Santoro Rocha, da 7ª Vara Federal, que resguardou o direito de os novos docentes do Cefet-RJ (quando egressos do serviço público estadual, municipal ou distrital, sem perda de vínculo efetivo) optarem pelo Regime Próprio de Previdência Social.

A escolha, prevista na Constituição Federal, não estava sendo respeitada no Cefet-RJ: aos recém-concursados só era permitida a

adesão à previdência complementar criada pelo governo para os servidores do Executivo (Funpresp-Exe).

A Administração do Cefet-RJ terá 30 dias, a contar da intimação da decisão, para esclarecer todos os docentes ingressos após a instituição da Funpresp-Exe que eles ainda podem exercer a opção estabelecida pela Constituição.

E na UFRJ?

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind já questionou

a reitoria sobre qual procedimento está sendo adotado em relação aos novos ingressantes na UFRJ na mesma situação (egressos de outra esfera do serviço público: estadual, distrital ou municipal, sem perda de vínculo efetivo). Apesar da insistência da Seção Sindical, a administração central ainda não respondeu ao requerimento. A Adufrj-SSind pretende ingressar com ação judicial, caso seja verificado desrespeito aos direitos da categoria.

Plantões Jurídicos também às sextas-feiras

A partir de agora, os plantões jurídicos da Adufrj-SSind passam a ser oferecidos, além das quartas-feiras (de 13h às 16h), também às sextas-feiras (só que a cada duas semanas, de 10h ao meio-dia). Em maio, o novo atendimento volta a ocorrer neste dia 22. Para agendar um horário nos plantões, é só ligar para os números: 3884-0701, 2260-6368 ou 2230-2389.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1ª Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2ª Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2ª Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.000 E-mails: adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br Redação: comunica@adufrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufrj.org.br Diretoria: diretoria@adufrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Cultura de sobrevivência

Abandonadas pelo MEC, universidades tentam parceria com Ministério da Cultura para se manterem de pé

Filipe Galvão - 14/05/2015

Filipe Galvão

filipe@adufrj.org.br

Atrás dos grossos portões de ferro, a movimentação era intensa. O bater de pernas em círculos ou zigue-zague contagiava a todos em uma espécie de ciranda inquieta. De lá pra cá, gestores e produtores culturais perguntavam: “E aí, já chegou?”.

Abertos para a Avenida Ruy Barbosa às 14h30, horário em que começaria o evento, os portões do Fórum de Ciência e Cultura (FCC) deixaram livre a entrada dos carros pretos a serviço do governo federal para desembarque dos convidados. Juca Ferreira, ministro da Cultura, chegara acompanhado de suas fiéis escudeiras Ivana Bentes, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural, e Juana Nunes, Secretária de Economia Criativa.

O encontro, articulado pelo coordenador do FCC, Carlos Vainer, colocou na mesma mesa o MinC e instituições de ensino signatárias do FIC, Fórum Interuniversitário de Cultura. Praticamente abandonadas pelo Ministério da Educação, as universidades públicas buscam novas maneiras de ficarem de pé. A expectativa era que da política de costura interinstitucional promovida por Juca nascessem flores.

A proximidade com datas comemorativas



Juca Ferreira (de pé) mostrou-se impressionado com o patrimônio cultural da UFRJ, mas não apresentou nenhuma proposta concreta

importantes, como os 200 anos do Museu Nacional (em junho de 2018) e os 200 anos da Escola de Belas Artes (em agosto de 2016), foi lembrada nas ponderações. Uma política de parceria para o funcionamento do Canecão também foi levantada à espera de um posicionamento do ministro.

Juca, o duro

Na solenidade de boas-vindas, o reitor Carlos Levi acabou confundindo o

ministro com o ator Juca de Oliveira. “É uma gafe recorrente”, respondeu Juca, o Ferreira, entre bocejos. Quando falou pela primeira vez, o ministro desabrochou um indissimulável sorriso amarelo entre parte dos presentes com o aviso: “Vontade não vai faltar, mas pode ser que falte dinheiro”.

Vainer, mediador do encontro, reconheceu que “o nosso patrimônio histórico tombado está tombando, nossos museus só são abertos naquele momento

em que os trabalhadores não podem frequentá-lo; é uma série de questões que nós estamos tentando resolver a partir do financiamento integrado”.

Recém-eleito, o futuro reitor Roberto Leher também enxergou no MinC um dos caminhos para o fortalecimento do modelo de financiamento das universidades públicas. “Nós vamos precisar abrir linhas de apoio céleres para iniciar a recuperação desse patrimônio”, disse.

Ao final do encontro, Juca se disse impressionado com o maquinário cultural da UFRJ, com patrimônio, museus, formadores e pesquisadores. Para selar a parceria, o ministro propôs reuniões com Iphan e Ibram, nas quais se definiriam as prioridades e campos de ação. Para o Canecão, nenhuma proposta.

Além da UFRJ, participaram do evento UFF, Unirio, IFF, UERJ, UFRRJ, UENF e Cefet.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes





Em busca da Verdade

Aula Magna da universidade foi proferida pelo ex-coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari

Dallari, professor da USP, explicou que o site da Comissão Nacional da Verdade transformou-se em um portal de amplo acesso aos pesquisadores

“Quem matava era o Estado brasileiro”, reafirmou o conferencista

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

A UFRJ realizou, na manhã de 12 de maio, sua Aula Magna para marcar, com algum atraso, o início do ano letivo de 2015. O reitor Carlos Levi presidiu a atividade e convidou o professor Pedro Dallari, da USP, ex-coordenador da extinta Comissão Nacional da Verdade, para proferir palestra sobre os trabalhos da comissão.

Antes de passar a palavra ao conferencista, Carlos Levi afirmou que a procura da verdade “é uma das maiores inspirações

e razão de ser da universidade”. E que o Brasil ainda precisa avançar nesta tarefa e na responsabilização dos personagens que cometeram violações durante o período da ditadura de 64. “O Brasil, neste momento, continua buscando enfrentar para entender, conhecer para não esquecer, trazer à luz para não reincidir, esclarecer para evitar repetir fatos, procedimentos, atitudes e ações associados a um período pesado e obscuro da nossa história recente”.

O jurista e professor Titular de Direito Internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP fez um resumo da atuação da CNV na investigação dos casos de graves violações aos direitos humanos. Embora a comissão tenha sido nomeada para investigar

ações delimitadas entre 1946 e 1988 (período que marca a criação das duas últimas Constituições Federais), ele explicou que os esforços foram centrados em trazer à tona as violações ocorridas no período entre 1964 e 1985.

Amplio material de consulta

O trabalho da CNV foi encerrado em 16 de dezembro do ano passado (a lei que criou a comissão delimitava seu tempo de existência), mas os materiais produzidos por ela continuam à disposição para pesquisa pública. “Toda a evolução do trabalho de investigação da comissão está disponível à sociedade por meio do site www.cnv.gov.br. Após a extinção da Comissão Nacional da Ver-

dade, transformamos o endereço eletrônico em um portal de amplo acesso a pesquisadores e à sociedade de maneira geral”, destacou Dallari.

Lá estão todos os volumes do relatório final, que contém cerca de 2.500 páginas. No relatório, há capítulos específicos sobre os espaços de tortura, como a Casa da Morte de Petrópolis. O Capítulo 14 é dedicado à Guerrilha do Araguaia “que redundou em 70 desaparecidos”. “Algo contra todas as convenções e leis nacionais e internacionais. É importante destacar que a tortura era crime no Brasil, inclusive durante a ditadura, por isso se fazia tanto esforço para esconder as torturas ou mesmo desaparecer com os corpos”, afirmou o jurista.

O site disponibiliza também os laudos periciais que ajudaram a elucidar a morte de diversas

vítimas da repressão, entre elas, Carlos Marighella. Há, ainda, relatórios e vídeos que documentam diligências a instalações militares que serviram como espaços de tortura e assassinatos. A CNV conseguiu apontar também o papel do Ministério das Relações Exteriores como “ponta de lança” do regime militar para prisão e morte de brasileiros no exterior, além de ser importante articulador das ditaduras da América Latina.

“O que conseguimos mostrar foi que quem matava era o Estado brasileiro. O Estado tinha uma política pública de exterminio. O presidente da República era o chefe das Forças Armadas na época da ditadura, porque ele era militar e porque exercia papel operacional na repressão do período. Até hoje isto não foi admitido”, afirmou o professor.

Primeiro caso de reparação

Logo após o fim da conferência de Pedro Dallari, o reitor Carlos Levi chamou à mesa os professores Marco Aurélio Santana e Carlos Vainer, ambos integrantes da Comissão da Memória e Verdade da UFRJ, para apresentarem os avanços da comissão.

Um dos resultados do trabalho da CMV-UFRJ foi a re-matrícula do estudante Jaime Santiago — entrevistado pelo **Jornal da Adufrj** nº 855 (em agosto de 2014) — no Instituto de História. Por causa da perseguição política da ditadura, o estudante se viu obrigado a

abandonar o curso de História. Ele solicitou o apoio da CMV da UFRJ para que fosse reintegrado ao quadro de estudantes e obteve decisão favorável do IH. Levi entregou ao estudante o documento que o reconhece como legítimo aluno da universidade.

Identificando os colaboradores da ditadura

A CMV-UFRJ também trabalha para identificar e divulgar os nomes das pessoas que, dentro da universidade, teriam colaborado com a ditadura.



Jaime recebe o documento das mãos de Carlos Levi, enquanto é aplaudido pelo professor Vainer